

Ata n.º 19
da Assembleia Representativa da
Ordem dos Contabilistas Certificados

Aos catorze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas, reuniu a Assembleia Representativa, doravante AR, da Ordem dos Contabilistas Certificados, doravante OCC, no Auditório António Domingues de Azevedo, Lisboa, sítio na Avenida Defensores de Chaves, nº 85-B, tendo a sessão funcionado em formato misto (presencial e videoconferência), com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia:	Tempo previsto 65'
1. Informação sobre presenças, faltas e representações à Assembleia;	10'
2. Informação sobre a presença da Sr. ^a Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho de Supervisão, Conselho Jurisdicional, Conselho Fiscal, Provedor dos Destinatários dos Serviços e de elementos do apoio jurídico;	5'
3. Informações e pedidos de esclarecimento.	50'

Ordem do Dia:	Tempo previsto: 170'
1. Aprovação da ata da reunião de 13/12/2024;	5'
2. Discussão e votação da Proposta de Remuneração do Concelho de Supervisão;	15'
3. Discussão e votação do Regimento da Assembleia Representativa;	30'
4. Discussão e votação do Relatório e Contas do exercício de 2024;	105'
5. Leitura e votação da minuta da ata.	15'

O Sr. Presidente da Mesa da AR, doravante MAR, começou por cumprimentar a Sr.^a Bastonária, os elementos do Conselho Diretivo, do Conselho de Supervisão, do Conselho Jurisdicional e do Conselho Fiscal e os demais colegas e, desde logo, informou que a sessão estava a ser gravada em áudio e vídeo para efeitos de elaboração da ata, ficando, posteriormente disponível no micro sítio da AR. Prosseguindo informou que, aquela AR decorria, como habitualmente, em sistema presencial e telemático. Lembrou que, conforme previsto no n.º 4, do artigo 8.º do Regimento da AR, as reuniões deste órgão realizam-se preferencialmente ao sábado, alternadamente nas instalações da OCC em Lisboa e na Representação da OCC no Porto. Continuando deu nota de que, todos os Srs. Representantes foram contatados, inicialmente por correio eletrónico, para os emails institucionais e, posteriormente, por telefone, por forma a confirmarem a sua forma de

participação. Adiantou também que, apenas um elemento estava a participar por videoconferência, pelo que, provavelmente, não seria enviado o e-mail para proceder às votações, uma vez que sendo só uma pessoa seria mais fácil, na altura da votação, expressar diretamente à MAR o seu sentido de voto. -----

Comunicou ainda que, para o Sr. Representante que estava a participar telematicamente, estava a utilizar-se a plataforma de som e imagem “Zoom” e preveniu que, caso o Sr. Representante que participava à distância, pretendesse apresentar à MAR algum requerimento ou declaração de voto, deveria fazê-lo remetendo o respetivo documento para *secretaria.mesa.ir@occ.pt*, e que, só poderiam ser considerados os documentos com origem do email oficial do representante, ou seja, com o domínio *@occ.pt*, mais solicitou ainda ao Sr. Representante que deveria manter a câmara ligadas e ligar o microfone apenas quando pretendesse usar da palavra para se dirigir à assembleia. -----

A seguir lembrou, para os Srs. Representantes e demais órgãos e contabilistas certificados que participavam ou assistiam presencialmente, que, a credenciação ficou disponível a partir das treze horas e quinze minutos, sendo a identificação realizada através da cédula profissional ou do cartão de cidadão. Concluindo a sua introdução da sessão, o Sr. Presidente apelou à cordialidade e capacidade de síntese dos intervenientes. -----

Seguidamente o Sr. Presidenta da MAR informou que, naquele momento, se encontravam presentes, em sala e a participar à distância, todos os oitenta e quatro Srs. Representantes, o que significava, mais uma vez, um pleno de membros daquela AR. Mais acrescentou que, a Assembleia tinha sido convocada nos termos conjugados do disposto nos artigos 43.^º e 44.^º do Estatuto da OCC, do artigo 8.^º do Regimento da AR e do artigo 24.^º-A do CPA, tendo a convocatória, com a ordem de trabalhos e documentos de suporte, sido endereçada a todos os Srs. Representantes no dia 26 de fevereiro de 2025 e ficado também, no mesmo dia, disponível no site da OCC. -----

Relativamente ao controlo de presenças, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que, o mesmo tinha sido realizado nos termos do n.^º 4, do artigo 6.^º do Regimento da AR e que, se considera falta do Sr. Representante o atraso não justificado por mais de trinta minutos após o início dos trabalhos, bem como, caso os Srs. Representantes se ausentassem da sala, deveriam informar a credenciação, não devendo fazê-lo durante os períodos de votação. O Sr. Representante que participava por meios telemáticos deveria comunicar a ausência através do *chat* da plataforma, e relembrou ainda que a ausência da sessão por tempo superior a trinta minutos seria considerada falta, conforme prevê o n.^º 3 do artigo

17.º do Regimento da AR, o que, neste caso, também impossibilitaria o Sr. Representante de participar no resto da reunião. -----

Feitas estas considerações iniciais e entrando no **ponto 1** (um) de **antes da ordem do dia, Informação sobre presenças, faltas e representações à Assembleia**, o Sr. Presidente da MAR informou que, naquele momento, estavam a participar na AR, em sala e à distância, incluindo os representados, todos os oitenta e quatro (84) Srs. Representantes. ----- Informou também que, para os efeitos referidos no n.º 5 do artigo 17.º, do Regimento da AR, na última Assembleia, realizada no dia treze do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, estiveram presentes, ou representados, todos os Srs. Representantes, não havendo faltas a registar. -----

No que diz respeito ao **ponto 2** (dois) de **antes da ordem do dia, Informação sobre a presença da Sr.^a Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho de Supervisão, Conselho Jurisdicional, Concelho Fiscal, Provedor dos destinatários dos serviços e de elementos do apoio jurídico**, o Sr. Presidente da MAR lembrou que, o n.º 1, do artigo 13.º do Regimento prevê que a Sr.^a Bastonária, os membros do Conselho Diretivo, os membros do Conselho Fiscal e os membros do Conselho Jurisdicional podem participar facultativamente nas reuniões da AR e obrigatoriamente nas reuniões de aprovação do Relatório e Contas e do Plano de Atividades e Orçamento, doravante PAO. Assim, o Sr. Presidente da MAR informou que se encontravam presentes a Sr.^a Bastonária e o seu assessor jurídico, Dr. Amândio Silva, outros membros do Conselho Diretivo, membros do Conselho Jurisdicional, do Conselho Fiscal e, também, membros do Conselho de Supervisão e a Senhora Provedora dos Destinatários dos Serviços. Mais informou, nos termos do n.º 5, do artigo 4.º do Regimento da AR, que a MAR estava a ser coadjuvada por um assessor jurídico e por um elemento do *staff* administrativo da OCC afeto à realização da AR, este a fim de apoiar principalmente na plataforma Zoom, tendo ainda esclarecido que, em cumprimento do disposto no artigo 14.º do Regimento, a reunião era aberta a todos os membros da Ordem. -----

Avançou o Sr. Presidente da MAR para o **ponto 3** (três) de **antes da ordem do dia, Informações e pedidos de esclarecimento**, e abriu as inscrições para os Srs. Representantes que pretendessem usar da palavra, solicitarem informações ou esclarecimentos, não sem antes esclarecer que, não se iria repetir o modelo utilizado na AR anterior, realizada ainda há pouco tempo e, citamos, “*vamos tentar que na próxima voltemos outra vez a repetir essa fórmula que é dar a palavra a todos os distritos (...)*”.

Nesta Assembleia o que eu vou solicitar é quem (...) tenha alguma coisa para comunicar à Assembleia que o faça". -----

Inscreveram-se, para se pronunciarem, os Srs. Representantes Mário Paulo Batista Cabêda, CC 477, do círculo eleitoral do Porto; João Pedro Silva Guerreiro Estaço, CC 52105, do círculo eleitoral de Setúbal; António Manuel dos Santos Nabo, CC 9593, do círculo eleitoral de Évora e Amâncio Fernandes Antunes, CC 2857, do círculo eleitoral da Guarda. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Mário Cabêda que, após cumprimentar o Senhor Presidente da MAR, a Senhora Bastonária, os Senhores Presidentes do Conselho Fiscal, do Conselho Jurisdicional e do Conselho de Supervisão, a Senhora Provedora e os restantes colegas, disse, citamos, “*Esta é a minha primeira intervenção neste órgão e desejo que não seja a última. Pois, vejamos, Senhor Presidente, permita-me que contextualize esta minha intervenção, que se resume em quatro vetores, um requerimento e uma mensagem de reflexão. Para evitar possíveis processos disciplinares, terei que pesar com veemência todas as minhas palavras, pois a linha que me separa do processo é muito ténue, daí a necessidade de ler a minha intervenção. Fui alertado por uma pessoa que muito estimo desta possível situação, embora as más línguas digam o contrário, mas não passam de más línguas. Estimo-o bastante, honro já esse compromisso perante vós e, sem demagogias, assumo que aprendi bastante no convívio com essa pessoa. Aqui está a justificação do meu silêncio na primeira Assembleia deste mandato. Mas a minha consciência tem-me tirado o sossego pelo meu silêncio e pelo juramento que fiz, recordo, cumprir e fazer cumprir. Passo a explicar. Usando a metodologia do colega Dr. Morcela, façamos uma viagem no tempo. Todos vocês sabem que fui vogal no Conselho Fiscal no mandato completo de 2018 a 2021. No mandato incompleto de 2022 a 2025 fui vogal no Conselho Jurisdicional. Desta forma, aplica-se com maior rigor e menos desculpas da minha pessoa o dever de cumprir com zelo e diligência a alínea f) do artigo 3.º do Código Deontológico que transcrevo: “O princípio da confidencialidade implica que os contabilistas certificados e seus colaboradores guardem sigilo profissional sobre factos e documentos que tomaram conhecimento, direta ou indiretamente, no exercício das suas funções.”. Pelo exposto, invoco desde já perante vós o meu direito ao silêncio sobre os dois períodos que aqui referi, direito invocado por muitos magistrados quando cessam funções, com as devidas adaptações também o invoco a mim. Sou pessoa de construir pontes e não as detonar. Procuro, pelo discurso educado e construtivo, sempre na procura*

do melhor argumento com as pessoas que pensam de forma diferente da minha sobre todas as matérias. Acredito que a base do crescimento pessoal e intelectual assenta na discussão e na melhor argumentação. Assim, sempre com o devido respeito por melhor opinião, pois ninguém é dono da verdade absoluta, solicito à Mesa o seguinte esclarecimento. É a minha interpretação que a Mesa, na primeira Assembleia, alegadamente, incorreu num incumprimento do seu próprio Regimento, com o silêncio de todos nós, incluindo o meu, o que me deixa particularmente desconfortável. Vejamos, sempre no pressuposto e no respeito por melhor opinião. Primeiro pedido de esclarecimento à Mesa, prende-se com o artigo 4.º, n.º 8, do atual Regimento, que articula, na minha opinião, com o artigo 10º, n.º 2 do mesmo diploma, até porque hoje vamos votar uma alteração a esse mesmo artigo. Vou transcrever: “Quando se trata da primeira reunião de cada mandato, que terá como ponto único da Ordem de Trabalhos a eleição da Mesa da Assembleia Representativa, a convocatória, efetuada pelo membro que tenha sido eleito e tenha o número mais baixo da lista dos membros da Ordem dos Contabilistas Certificados, e que assumirá a sua conduta até que se conclua a eleição, sendo secretariado pelos três membros com a numeração mais baixa da referida lista e que esteja presente na reunião.”. Poderá ser uma possível falha de pormenor e que nada poderia ter alterado o andamento dos trabalhos e todas as deliberações tomadas, mas, como todos nós sabemos, se a forma não for cumprida, o processo em si perde eficácia. Relembro Vossa Excelência, Sr. Presidente, que ainda hoje se vai discutir e aprovar a alteração deste artigo que eu invoquei. Veja-se o novo futuro artigo 4.º, n.º 9, que só não os transcrevo, porque o mesmo ainda não foi aprovado. Segundo pedido de esclarecimento, está relacionado com a minha interpretação do artigo 11.º, n.º 2, do atual Regimento. Transcrevo: “A eleição da Mesa da Assembleia Representativa, bem como as deliberações que envolvem diretamente qualquer pessoa, são tomadas por escrutínio secreto.”. Então no meu primeiro mandato recebi senhas pela contrapartida do trabalho pelas funções que desempenhei. No segundo mandato, recebi remunerações pela contrapartida do trabalho das funções que desempenhei. Pelo exposto, é minha convicção e interpretação que só existem remunerações pelas funções desempenhadas. E quem desempenha funções? As pessoas, não coisas. Pela minha leitura e interpretação, o já referido artigo 11.º, n.º 2, alegadamente não foi cumprido. Primeiro pedido à Mesa: alteração da Ordem de Trabalhos. Caro Sr. Presidente, considere que o ponto número um da Ordem de Trabalhos, da Ordem do Dia, seja a discussão e votação do Regimento, pois

é o documento com maior importância e relevância para a Assembleia, devendo ser tratado com esse respeito. Segundo pedido à Mesa: alteração para o escrutínio secreto da votação da proposta de remunerações. Caro Sr. Presidente da Mesa, corroboro com a minha interpretação do artigo 11.º, n.º 2, solicito ao Sr. Presidente que no ponto dois da Ordem de Trabalhos, a Ordem do Dia de hoje, 14 de março, seja por escrutínio secreto. Sr. Presidente, sempre com o devido respeito por melhor opinião, antecipadamente agradeço os vossos esclarecimentos e a mudança do procedimento por mim solicitada. Violando todo o protocolo do politicamente correto, antecipo uma interpretação diferente da minha por parte da Mesa. Assim, apresento um requerimento à Mesa que peço autorização ao Sr. Presidente para o poder ler. “Requerimento à Mesa da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados. Eu, Mário Paulo Batista Cabêda, Contabilista certificado com Cédula Profissional número 477, na qualidade de Membro da Assembleia Representativa pelo Distrito do Porto, eleito por sufrágio universal, para o mandato 2025-2028, venho pela presente requerer, Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados, Doutor Carlos José Castro Alexandre, que seja devolvida à Assembleia o meu pedido para a aprovação em escrutínio secreto, o atual ponto número dois da Ordem do Dia da Assembleia de 14 de Março, conforme disposto do artigo 11.º, n.º 3, do atual Regimento da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados, que transcrevo, “Mediante requerimento à Mesa, efetuada por qualquer Membro, quando devidamente aprovada pela maioria da Assembleia Representativa, podem ser efetuadas outras deliberações por escrutínio secreto. Lisboa, 14 de março de 2025, pede deferimento.”. Então termino com uma mensagem. O caminho faz-se caminhando e tudo o que de menos bem se faz, só nos compete, com humildade, aceitar e ajustar. Obrigado pela vossa atenção.”-----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Mário Paulo Batista Cabêda, e deu a palavra ao Sr. Representante João Pedro Silva Guerreiro Estaço, CC 52105, do círculo eleitoral de Setúbal.-----

Após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, a Sr.^a Bastonária e restantes membros do Conselho Diretivo, demais membros dos órgãos sociais e restantes colegas, o Sr. Representante realçou que a colega que iria discursar, Sílvia Moço, por motivos de saúde não pôde estar presente, endereçando-lhe, em nome de todos, os votos de rápidas melhorias. Seguidamente informou que, desde a última assembleia, procuraram dinamizar,

no seu distrito, a relação entre os representantes e os colegas com o acompanhamento junto destes nas reuniões livres e nas diversas formações, incentivando-os não só a estarem presentes, mas também a participarem e a colocarem questões. Acrescentou que, têm, igualmente, desenvolvido esforços em diversas vertentes, designadamente, a realização de outras ações de formação, como a agendada para o dia 11 de abril, subordinada ao tema “orçamentar para gerir empresas de contabilidade”, pretendendo-se também organizar uma ação de formação sobre cibersegurança, bem como um evento de convívio entre todos, na senda da marca da liderança da Ordem: a aproximação dos contabilistas certificados à instituição e vice-versa, pois é o reforço da união da classe que torna possível ser melhor profissional. Terminou, afirmando, citamos, “*Se queremos melhorar a nossa vida, a nossa qualidade de vida, é fundamental que o nosso trabalho traga satisfação e realização. Contribuir para melhorar a nossa profissão é contribuir também para melhorar a nossa felicidade. É um orgulho ser contabilista. É um orgulho dignificar esta profissão*”.

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante João Pedro Silva Guerreiro Estaço e deu a palavra ao Sr. Representante António Manuel dos Santos Nabo, CC 9593, do círculo eleitoral de Évora.

Dada a palavra ao Sr. Representante António Nabo que, após cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, a Sr.^a Bastonária e os demais membros dos órgãos sociais, mencionou que também no distrito de Évora se está a procurar desenvolver as reuniões livres. Contudo, deu nota, para que pudesse ser discutido, de que o início das reuniões livres está a demorar bastante tempo devido à informação que vem da Ordem e que os formadores apresentam obrigando a prolongar as sessões até bastante tarde, o que pode não ser, em geral, a melhor condição. Mais mencionou que, apesar do relatório e contas de 2024 referir dezasseis vezes a palavra sustentabilidade é preciso trilhar o respetivo caminho e assegurar o correspondente compromisso para a alcançar. Concluiu afirmando, citamos, “*nós devemos fazer este compromisso para com a sustentabilidade e para com as alterações climáticas e dizer onde é que estamos, onde é que queremos estar em 2050 e qual é o caminho que vamos fazer para lá chegar.*”.

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante António Nabo e deu a palavra ao Sr. Representante Amâncio Fernandes Antunes, CC 2857, do círculo eleitoral da Guarda.

Dada a palavra ao Sr. Representante Amâncio Antunes que, após cumprimentar a MAR, o Conselho Diretivo e todos os colegas, continuou a sua intervenção afirmando que, a iniciativa de procurarem e escutarem as sugestões dos colegas do distrito para as trazerem às AR estava a ter bastante acolhimento, pois aqueles sabem que têm um representante, um porta-voz, que faz a ligação com a Ordem. Nesse contexto, elencou algumas sugestões. Referiu que existe uma anarquia nos dados inscritos nas faturas porque, além da informação constante nas mesmas, citamos, “umas têm o número de contribuinte do lado esquerdo, outras do lado direito, outras ao fundo, outras ao cimo, outras no local onde deve ser feita a perfuração para arquivo, com a morada acontece a mesma coisa”, situação que conduz à dificuldade na interpretação do respetivo conteúdo, facto que, no seu entender, merecia uma sensibilização junto das *software houses* para maior uniformização desses documentos. Seria uma medida sem custos, mas que seria facilitadora do trabalho do contabilista e, assim, contribuiria para um melhor desempenho, afirmou. A seguir o Sr. Representante aludiu ao livro da contabilidade e indagou qual o ponto da situação a fim de poder esclarecer os colegas quando questionado sobre esse assunto. Já no que respeita à formação, deixou no ar a possibilidade de algumas sessões serem ministradas ao sábado, atendendo a que, num escritório, há dificuldade em viabilizar que todos os colaboradores estejam presentes dentro do horário laboral. Por último deixou um alerta em relação à dificuldade de atendimento na Autoridade Tributária na Guarda, pois, havendo necessidade de recorrer ao atendimento presencial chega a ser-lhes sugerido que agendem os seus pedidos para um concelho vizinho, o que não deixa de ser caricato, adiantou, requerendo ainda que, sobre este assunto, fosse efetuado, se possível, um alerta através dos órgãos executivos da Ordem junto da Autoridade Tributária.

Antes de passar a palavra à Sr.^a Bastonária, o Senhor Presidente da MAR deu resposta ao repto do Sr. Representante Mário Paulo Batista Cabêda, quer sobre as duas questões colocadas, quer quanto ao requerimento formulado. Assim, e em relação à primeira questão, que respeita à primeira Assembleia Representativa após as eleições, apelou ao Sr. Representante que fosse consultado o Regulamento Eleitoral, normativo que foi aprovado exatamente para que as eleições pudessem realizar-se, o qual estabelece, no seu artigo 46.^º, n.^º 1, que “*a primeira reunião da Assembleia Representativa, para efeitos do n.^º 1 do artigo 41.^º do Estatuto, eleição da Mesa da Assembleia Representativa por voto secreto dos membros eleitos para aquele órgão, terá lugar no prazo de cinco dias após a*

tomada de posse dos respetivos membros.”. O n.^o 2 do mesmo artigo diz “*Nessa Assembleia Representativa decorrerá também a apreciação da nomeação dos membros do Conselho Diretivo, que têm de cumprir os requisitos previstos no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, submetida pelo Bastonário, podendo a Assembleia Representativa votar a rejeição da nomeação apresentada pelo Bastonário conforme previsto no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados.*”. Continuou esclarecendo que, determina o n.^o 3 do mesmo artigo que, “*nos termos do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, é também aprovado o regulamento de remunerações dos membros dos órgãos sociais da Ordem dos Contabilistas Certificados, bem como outros assuntos que se considerem indispensáveis para o pleno funcionamento da Ordem e dos órgãos sociais eleitos.*”. E, por último, o n.^o 4.^º, também do mesmo artigo e Regulamento, estipula que “*aquela reunião será presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Representativa do mandato anterior.*”. Sendo o Regulamento Eleitoral um normativo posterior ao Regimento, revoga as disposições do Regimento no que, aos mesmos assuntos digam respeito, esclareceu o Sr. Presidente da MAR. Acresce que, ainda que assim não fosse, o Regimento é um documento interno deste órgão e o Regulamento é geral e aplicável a toda a Ordem, portanto, este prevaleceria sempre em detrimento daquele. Relativamente à questão do voto secreto e proferindo decisão quanto ao requerimento apresentado, o Senhor Presidente da MAR argumentou que o n.^º 1, do artigo 11.^º do Regimento prevê que as votações da Assembleia Representativa sejam realizadas pelas seguintes formas: “*alínea a), por o braço levantado, que constitui a forma usual de votar; alínea b), por escrutínio secreto.*”. Já o n.^º 2, refere que “*a eleição da Mesa da Assembleia Representativa bem como as deliberações que envolvam diretamente qualquer pessoa, são tomadas por escrutínio secreto*”. Por seu turno, o n.^º 3, e é nesse sentido que o Sr. Representante apresentou o requerimento, diz-nos que, “*mediante requerimento à Mesa, efetuado por qualquer membro, quando devidamente aprovado pela maioria da Assembleia Representativa, podem ser efetuadas outras deliberações por escrutínio secreto.*”. Sobre este assunto, o Sr. Presidente da MAR acrescentou que, no seu entender, quando são aprovadas as remunerações inerentes a determinado cargo, não se estão a escolher pessoas, porque hoje aqueles cargos estão a ser desempenhados por umas e amanhã serão outras. Ao mencionar-se diretamente (n.^º 2, do artigo 11.^º do Regimento) o que se pretende é definir, concretamente, quem é a pessoa e, nesse caso, a votação será por sufrágio secreto, caso contrário, tratando-se de um cargo, não será por

eleição secreta. Admitiu, ainda assim, que o requerimento deveria ser colocado a votação e, assim sendo, passou a reler o teor do mesmo, apresentando-o, desde logo, a votação. Realizada a votação e após a correspondente verificação dos votos, o Sr. Presidente da MAR, anunciou que, o requerimento à Mesa apresentado pelo Sr. Representante Mário Paulo Batista Cabêda, CC 477, do círculo eleitoral do Porto, tinha sido rejeitado ***com setenta e nove (79) votos contra, dois (2) votos a favor e três (3) abstenções***. Quanto ao pedido para que fosse votado em primeiro lugar o Regimento da Assembleia Representativa, por ser, no entender do Sr. Representante, o ponto mais importante de todos, o Sr. Presidente da MAR alegou que a sessão seguia uma determinada ordem e que não se vislumbrava qualquer motivo para que essa ordem de trabalhos fosse alterada. --- De imediato, foi dada a palavra à Sr.^a Bastonária que, no uso da mesma, começou por cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa e, na sua pessoa, os restantes membros da Mesa; todos os membros dos órgãos da Ordem, em particular, o Conselho Diretivo, o Conselho de Supervisão, o Conselho Jurisdicional, o Conselho Fiscal, todos os membros da assembleia presentes e os contabilistas a assistir na plateia. ----- Seguidamente, a Sr.^a Bastonária respondendo às questões ali trazidas pelos Srs. Representantes, começou por afirmar que considerava muito importante a organização de formações temáticas em cada um dos distritos e, referindo-se à formação em cibersegurança que o Sr. Representante João Estaço informou estar planeada para o seu Distrito, considerou tratar-se de um trabalho muito interessante, um bom exemplo e deixou um desafio aos Srs. Representantes dos demais distritos para motivarem os colegas e organizarem grupos tendo em vista a realização de formações segmentadas e que a OCC estará disponível para a realização das mesmas e recetiva a alguma flexibilidade quanto ao número mínimo de participantes. ----- Em relação ao facto de ter havido uma diminuição para uma só reunião livre por mês, questão deixada pelo Sr. Representante António Nabo, destacou que o *feedback* recebido é o de que as sessões estão mais dinâmicas, concluindo que uma única reunião mensal será suficiente. Ainda no que toca às reuniões livres e ao facto de os formadores elencarem os tópicos que a Ordem lhe envia, a orientação que é fornecida é a de que essas temáticas não têm de ser abordadas em todas as reuniões, com muitos diapositivos que se repetem, até porque a essência das reuniões livres é o esclarecimento de dúvidas. A Ordem vai reiterar junto dos formadores que não devem seguir aquela orientação. -----

Relativamente à sustentabilidade e compromisso, a Sr.^a Bastonária salientou que a OCC tem feito um esforço, internamente, a esse respeito e, exemplificando, referiu o quase “*zero papel*”, a Pasta CC, a desmaterialização e as mudanças das luzes para LED em todos os edifícios da OCC, medidas de sustentabilidade que continuarão a ser implementadas. Mais esclareceu que, na parte não financeira do relatório, este apresenta ainda alguns indicadores sobre este tema, que não serão os desejáveis, mas mantém-se o compromisso de melhorar. -----

Quanto à relação com a Autoridade Tributária, assunto trazido pelo Sr. Representante Amâncio Antunes, a Sr.^a Bastonária considerou que, são sugestões pertinentes, quer no que respeita à harmonização das faturas, quer relativamente ao atendimento presencial, que já deveria existir nos Serviços de Finanças, tendo a Ordem, nesta matéria, intervindo de tal forma que, citamos, “*o atendimento só voltou a existir porque a Ordem foi muito persistente nesta questão, porque a ideia era não voltar*”. Mais, assegurou a Sr.^a Bastonária que, a OCC continuará a insistir fazendo as recomendações e a pressão, que é aquilo que cabe à Ordem, chamar a atenção e continuar a insistir com estas matérias. Em relação às formações ao sábado, a Sr.^a Bastonária esclareceu que, de vez em quando, têm sido ministradas formações ao sábado, no entanto, muitos colegas apesar de as solicitarem, depois não se inscrevem, mesmo assim, manter-se-ão algumas, todavia os contabilistas poderão também optar pelo CCclix, disponível em qualquer momento. Quanto ao livro da contabilidade esclareceu que, é uma obra muito grande, tem sido um projeto difícil, pois, primeiro foi realizada uma revisão técnica, depois uma revisão de português e novamente uma revisão técnica, um processo que não correu bem, contudo está praticamente harmonizado e terminado, esperando estar em condições de o apresentar até ao verão. -----

Esgotado o período de **antes da ordem do dia** passou-se de imediato ao **ponto 1 (um) da ordem do dia, aprovação da ata da reunião de 13 de dezembro de 2024**, versão atualizada após os reparos acolhidos, que foi entregue aos Srs. Representantes aquando da acreditação e publicada no site da Ordem, informou o Sr. Presidente da MAR, mais propondo a dispensa da leitura, já que foi também oportunamente enviada e todos os Srs. Representantes.-----

Passando-se à votação, a ata da AR de 13 de dezembro de 2024, foi aprovada por unanimidade, com **oitenta e quatro (84) votos a favor**, sem votos contra e sem abstenções.

De imediato, o Sr. Presidente da MAR seguiu para o **ponto 2 (dois) da ordem do dia, Discussão e votação da Proposta de Remuneração do Concelho de Supervisão**, esclarecendo que, com a alteração dos Estatutos da OCC e tendo em consideração o número 1, do artigo 13.º do Regulamento de Remunerações dos Órgãos Sociais, cabe à AR, por proposta do Conselho Diretivo, aprovar as remunerações do Conselho de Supervisão, sendo este, acrescentou o Sr. Presidente da MAR, o único órgão cujas remunerações passam diretamente pela AR. Mais, informou que esta proposta resulta do Decreto-Lei n.º 1/2025, de 17 de janeiro, que alterou a Tabela de Remunerações Única, à qual os coeficientes daquelas remunerações estão indexados. Seguidamente passou a palavra à Sr.^a Bastonária para se pronunciar, querendo, sobre aquele documento.-----

No uso da palavra, a Sr.^a Bastonária esclareceu que o Estatuto da Ordem alterou substancialmente, baseando-se na Lei-Quadro, e veio estipular que a remuneração do Conselho de Supervisão seria proposta pelo Conselho Diretivo e aprovada pela AR. Já as remunerações dos órgãos sociais são ajustadas quando são efetuados acertos nas remunerações dos reguladores públicos e da função pública, pelo que, quando a lista é ajustada no Orçamento do Estado, citamos, “*por exemplo, nós, Conselho Diretivo, recebemos uma missiva do Conselho de Supervisão a lembrar e atualizamos as outras remunerações em conformidade com esse ajustamento da função pública, e nós, Conselho Diretivo, também temos que propor aqui o ajustamento das remunerações da Supervisão na mesma conformidade e, portanto, é por isso que está aqui só da Supervisão, não estão as outras.*”. -----

Retomando a palavra, o Sr. Presidente da MAR frisou que, relativamente aos outros órgãos existia uma ata do Conselho de Supervisão, tal como o Regulamento prevê, que procede à atualização de acordo com a Tabela de Remuneração Única fixada para os servidores do Estado.-----

De imediato, e tendo em consideração que ninguém manifestou a sua intenção de mais intervir, o Sr. Presidente da MAR informou que se iria proceder à votação da *proposta de remuneração do Conselho de Supervisão*. -----

Passando-se à votação e após a correspondente verificação dos votos, o Sr. Presidente da MAR, anunciou que, a *Proposta de remuneração do Conselho de Supervisão*, foi aprovada com:-----

-*Votos contra: 0 (zero);* -----

-*Abstenções: 8 (oito);* -----

-Votos a favor: 76 (setenta e seis). -----

Passando-se ao **ponto 3** (três) **da ordem do dia, discussão e votação do Regimento da Assembleia Representativa**, o Sr. Presidente fez o enquadramento legal deste documento, à luz, também, do EOCC e acrescentou que, no desempenho das suas competências de Presidente da MAR, constatou que existiam duas ou três lacunas que careciam de ajustamento e destacou, a título de exemplo, a eleição do Presidente da Mesa da Assembleia, em caso de vacatura ou de renúncia e, também, quando um membro da AR se demitisse, por qualquer razão apresentasse a sua demissão e a seguir não fosse possível, por qualquer motivo, que o membro substituto viesse tomar posse, situações que não estavam previstas no anterior regimento. Lembrou que, já há bastante tempo, em várias AR, se havia falado na necessidade de dar nova redação a alguns artigos daquele documento, condição agoraposta de forma mais premente, porquanto, da alteração dos estatutos da Ordem resultaram incorretos uma série de artigos do mesmo. Assim, a Mesa, esclareceu o Sr. Presidente, teve a iniciativa de promover a alteração ao Regimento, sugerindo nova redação a vários artigos na perspetiva de suprir as deficiências e omissões identificadas, cuja versão que foi enviada aos Srs. Representantes, via email, com vista a, também eles, apresentarem sugestões, as quais foram maioritariamente acolhidas, registando-as com agrado, designadamente, os contributos recebidos dos Srs. Representantes do distrito de Braga. Posteriormente, acrescentou o Sr. Presidente da MAR, foi, a todos, remetida a versão final que iria ser votada naquela AR. A seguir, sugeriu, em forma de convite, que um dos Srs. Representantes do círculo eleitoral de Braga usasse da palavra, bem como também ao Sr. Representante Sílvio Vilão, do círculo eleitoral de Coimbra, para melhor, e a todos, poderem apresentar e explicarem as sugestões remetidas, acolhidas ou não, pelo quanto alargado foi o elencado das mesmas. O Sr. Presidente da MAR fez ainda uma análise alargada, justificando e fundamentando, cada uma das alterações, ou adições, introduzidas na redação do proposto novo Regimento. Deteve-se na questão dos locais de realização das AR, ponto constante do anterior regimento que obrigava à alternância entre Lisboa e Porto, assunto também questionado pelos Srs. Representantes perante a eliminação daquela regra, esclarecendo que, a alternância do local de até então entre Lisboa e Porto, tinha a ver com o facto de ser necessário um espaço com alguma dimensão e da existência dos imprescindíveis meios técnicos, condições que ainda hoje se mantêm, pelo que, nas convocatórias irá continuar, sempre que possível e para já, a manter-se a alternância entre Lisboa e Porto,

mas com a possibilidade, a partir de agora, de se descentralizar e assim ser possível a realização das AR em qualquer outra localidade que possua condições, tendo a Sr.^a Bastonária e os serviços da Ordem uma palavra a dizer quanto a essa hipótese e, de imediato, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.^a Bastonária para, sobre este assunto, deixar os esclarecimentos que entendesse oportunos. -----

No uso da palavra a Sr.^a Bastonária lembrou que a Ordem realiza anualmente duas assembleias obrigatórias, podendo eventualmente haver uma outra, o que implica duas deslocações para cada representante, no entanto, gerir a logística e o staff da Ordem, não o Conselho Diretivo porque este estará sempre disponível, acarreta constrangimentos, nomeadamente, até mesmo, a nível de acomodações em hotéis. E acrescentou, citamos, *“de facto, o não ser obrigatório permite-nos uma maior flexibilidade nesta questão, porque efetivamente mesmo a questão de o staff ter que se deslocar todo tem obviamente implicações, quer a nível familiar, quer de tudo do próprio staff (...) tem que se ponderar, não é? Porque eu sei que toda a descentralização é um custo da democracia, é um custo que é válido e que obviamente que não é por aí, não é pelo custo em si, é pela dificuldade que às vezes se tem.”*. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu à Sr.^a Bastonária e deu a palavra ao Sr. Representante José Soares Roriz, CC 25291, do círculo eleitoral de Braga. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante José Roriz, este realçou que ao preparar, com os membros eleitos pelo distrito de Braga, as propostas sobre o Regimento da AR, depararam-se com uma dúvida de interpretação num artigo do estatuto que tem a ver com as competências do Conselho de Supervisão. Em concreto, a alínea h), do artigo 54.º-B do EOCC, que estipula que é competência do Conselho de Supervisão determinar a remuneração dos membros dos órgãos da Ordem, por regulamento. Por isso, se abstiveram aquando da votação das remunerações do Conselho de Supervisão. No entanto, a Sr.^a Bastonária acabou por esclarecer que o Conselho de Supervisão determina a remuneração dos membros dos órgãos da Ordem, por regulamento, sob proposta da Assembleia Representativa. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante José Soares Roriz e de imediato deu a palavra ao Sr. Representante Sílvio Carvalho Vilão, CC 3063, do círculo eleitoral de Coimbra. -----

No uso da palavra o Sr. Representante Sílvio Vilão, após saudar o Sr. Presidente da MAR, a Sr.^a Bastonária e todos os elementos que compõem os órgãos, bem como os colegas

presentes e o colega que participava à distância, declarou que a exposição que tinha apresentado tinha a intenção de ser uma reflexão e não propriamente uma proposta para alterar o que quer que fosse, com vista a ponderar o facto de 1% dos contabilistas poderem convocar uma assembleia representativa, podendo daí resultar, pela não participação dos subscritores nas AR, uma AR sem discussão ou contraditório, sendo as propostas aprovadas, ou não, pelos presentes. No entanto, desde logo garantiu ao Sr. Presidente da MAR, após por este ter sido interrompido e questionado, que já se encontrava esclarecido e não persistia nenhuma dúvida sobre a matéria em apreço. O outro ponto de reflexão, prosseguiu, prendia-se com o local de realização das AR, tendo ficado também esclarecido que por motivo das limitações logísticas de outras localidades, em princípio, continuar-se-ão a realizar em Lisboa ou no Porto, podendo, eventualmente, ocorrer noutra localidade, e referiu Braga como exemplo, que reúna as condições necessárias. -----

Posto isto, e tendo em consideração que ninguém manifestou a sua intenção de mais intervir, o Sr. Presidente da MAR colocou à votação o **ponto 3** (três) da **ordem do dia**, *discussão e votação do Regimento da Assembleia Representativa.* -----

Realizada a votação, o Sr. Presidente da MAR comunicou à Assembleia que, participaram na votação, presentes e representados, 84 Srs. Representantes, tendo o *Regimento da Assembleia Representativa*, sido aprovado por unanimidade, com **oitenta e quatro (84) votos a favor**, sem votos contra e sem abstenções. -----

Passando-se ao **ponto 4** (quatro) da **ordem do dia**, *Discussão e votação do Relatório e Contas do exercício de 2024*, o Sr. Presidente da MAR deu, de imediato, a palavra à Sr.^a Bastonária para fazer a apresentação daquele documento e sobre ele dissertar sobre o que entendesse relevante. -----

No uso da palavra, a Sr.^a Bastonária iniciou a sua explanação sobre o Relatório e Contas de 2024, utilizando, para melhor leitura da informação a transmitir, uma ilustração gráfica do software *Microsoft PowerPoint*, e desde logo mencionou uma citação constante do início daquela apresentação, citamos, “*prestar contas não significa apenas justificar gastos, mas demonstrar compromisso com a ética e a transparência*” e, acrescentou, à semelhança de anos anteriores, transmitindo o maior número de informação possível. Os relatórios são um pouco extensos, reconheceu, no entanto, quem os lê, compreenderá a história da Ordem durante aquele ano, quer a evolução, quer os números, quer ainda a parte financeira e a de gestão e, salientou que a transparência é a marca que caracteriza a Ordem nos sete anos da sua liderança. -----

Prosseguindo a sua intervenção, a Sr.^a Bastonária elencou os principais acontecimentos ocorridos no ano de 2024, designadamente, a aprovação e publicação dos oitos regulamentos logo no início o ano; o 4.^º Congresso Internacional da Contabilidade Pública; as sete novas reuniões livres no país; o ato eleitoral que, apesar de existir uma lista única, ainda assim foi concorrido, pois, lembrou, votaram aproximadamente dezoito mil contabilistas certificados, com a vitória, com 97,3% dos votos, da então “Lista A”; o Congresso Internacional da História da Contabilidade, organizado pela OCC; o início do novo processo de acesso à profissão, que conduziu a muitas candidaturas, mais de cinco mil candidatos, salientou, com as inerentes formações e exames, o que alterou, significativamente, o planeamento dos recursos da Ordem, acrescentando ainda que este processo superou todas as expectativas; considerou-se essencial realizar novamente a formação de Boas Práticas, adiantando que a mesma está a decorrer até ao final daquele mês de Março; e, por último, fez referência ao primeiro festival do Contabilista Certificado. Todas as iniciativas promovidas pela Ordem durante o ano de 2024 foram concluídas com sucesso, o que é muito gratificante, salientou a Sr.^a Bastonária. -----
De seguida, pediu a atenção para as páginas quinze e vinte e um do Relatório e Contas, páginas que mostram a distribuição etária dos membros da OCC, de cuja leitura facilmente se constata que, apesar da entrada recente de novos membros, os contabilistas certificados acima dos sessenta anos são mais de quinze mil, membros que provavelmente se afastarão da profissão nos próximos anos, enquanto que, com menos de trinta anos não atingem os quatro mil, incluindo já os, aproximadamente, mil e quinhentos recém entrados. Verifica-se, assim, continuou a Sr.^a Bastonária, uma diferença grande, evidenciando-se a necessidade de captar novos membros para o futuro e para o rejuvenescimento da profissão. De qualquer forma, acrescentou a Sr.^a Bastonária, ainda decorre o processo de inscrição correspondente à terceira opção, estando, naquela data, a frequentar a formação dos últimos módulos cerca de dois mil e quinhentos candidatos, estimando-se a aprovação de, aproximadamente, entre mil e mil quinhentos candidatos. Esta é a prova que a profissão é atrativa, assegurou a Sr.^a Bastonária, e realçou a mudança significativa no processo de inscrição com a isenção de taxas e a introdução da formação obrigatória, que sempre defendeu, contribuindo esta para melhor preparação dos novos membros. Mais acrescentou que, de todo aquele processo resultou um ano muito exigente para toda a estrutura da OCC, especialmente para os serviços de inscrição e exames, formação e toda a logística, mas sente uma enorme satisfação no acolhimento dos novos

membros, na divulgação do seu número, que é a confirmação de que o caminho seguido foi o certo e que, todo aquele processo, acrescentou, foi um marco de viragem muito importante para o futuro da profissão, bem evidenciado pelo sentimento de orgulho e de satisfação revelado pelos novos membros aquando da entrega dos diplomas. A seguir, a Sr.^a Bastonária, em análise comparativa de género, destacou que, atualmente, já existem 55% de mulheres na profissão, sendo esta, até há poucos anos, maioritariamente uma atividade masculina, realidade que traz uma nova cara à profissão. -----

Relativamente aos números da Ordem, e apreciando os dados que os diapositivos da apresentação gráfica *PowerPoint* lhe forneciam, a Sr.^a Bastonária destacou que, atualmente, a instituição tem cerca de cento e setenta e cinco colaboradores e uma capacidade de resposta enorme de todos os seus serviços, que conseguem diariamente superar-se, como se podia constatar pela leitura de alguns pontos do Relatório de Gestão, onde se quantificam em pormenor os resultados de cada departamento e daí se ter noção do trabalho desenvolvido no dia a dia, por cada equipa, valores que são testemunho da dedicação e do espírito de missão de todos. Referindo-se a seguir aos assuntos tramitados pela Pasta CC, mencionou que, desde 2018, o número de questões triplicou, enquanto o tempo de resposta diminuiu, estando atualmente próximo dos três dias, salientando que, no ano de 2024, com os novos candidatos e novos membros, a quantidade de questões ali colocadas superou todas as expectativas. Outro dos pontos centrais da Ordem é o consultório técnico, lembrou a Sr.^a Bastonária, referindo que, no entanto, o trabalho do jurídico, contencioso, disciplinar e de mediação é também muito significativo. Como evidência do afirmado, a Sr.^a Bastonária informou que, em 2024, verificaram-se cento e sessenta e nove mil duzentas e cinquenta questões respondidas, entre pareceres técnicos, jurídicos, mediação e contencioso tributário, números que exigiram muita dedicação e compromisso com os membros. Lembrou que o ano de 2021, o da pandemia, foi fora do comum relativamente à quantidade extraordinária de questões colocadas à Ordem. Porém, o ano de 2024 superou os números daquele e, enfatizando, acrescentou que o ano de 2024 foi muito intenso, em trabalho, resultados e em sucesso. Já quanto à formação profissional contínua, a Sr.^a Bastonária elucidou que, no ano em apreço não foram atingidos os números de 2020, porque 2020 foi o ano da pandemia, período durante o qual se verificou o acesso de muitas pessoas, incluindo não contabilistas, a visualizarem as reuniões livres, chegando a haver seis, sete, dez e doze mil pessoas em direto, números que dificilmente voltarão a acontecer. Continuando a sua apresentação, e já no âmbito da formação, a Sr.^a

Bastonária salientou que o número de participações foi de um milhão e cinquenta e quatro mil, à distância, e sessenta e seis mil seiscentos e quarenta e cinco, em presencial. Muito graças ao esforço e empenho dos recursos humanos da Ordem, não obstante o apoio dos consultores externos, os resultados alcançados são significativos e todos os anos são superados, acrescentou. A seguir deu nota de que, no ano de 2024, as visualizações das reuniões livres online, atingiram o total de quatrocentas e cinquenta e duas mil, mas constata-se que estas afastaram muita participação das presenciais. No entanto, ainda assim, considerou que os números destas são razoáveis. Ainda sobre as reuniões livres presenciais, a Sr.^a Bastonária apelou ao empenho dos Srs. Representantes para, sempre que puderem, estarem presentes nessas reuniões e nas formações eventuais, para assim darem o exemplo, mais dinâmica e incentivo à participação dos colegas. Sobre a redução para uma só reunião por mês das quartas-feiras livres, era seu entendimento de que, em alguns locais, até poderá ser suficiente apenas uma reunião mensal, tratando-se de uma situação que está a ser avaliada, para, oportunamente, ser ajustada a cada caso em concreto, assegurou. Acrescentou também que, as reuniões livres do TOConline e os acessos ao site têm vindo a aumentar, cada vez mais, sinal de que a dependência de informação é maior e que a Ordem tem informação útil, necessária e direcionada para o contabilista certificado. A seguir deu também nota de que a avaliação média das chamadas foi de quatro ponto oitenta e seis, em cinco, o que é excelente, considerou. Já o tempo médio de espera foi de sete minutos e cinquenta e oito segundos. No entanto, acrescentou, no consultório técnico a duração foi superior, realidade não desejável, mas possível de melhorar, pois, entretanto, já tinham sido contratados mais colaboradores. Todavia, o crescimento do número de chamadas tem sempre sido superior ao aumento de colaboradores, estando, para combater aquela limitação, a ser implementadas medidas de inteligência artificial, anunciou a Sr.^a Bastonária. Continuando a sua explanação, a Sr.^a Bastonária fez uma breve apreciação estatística sobre os, já antes referidos, mais de cinco mil e quinhentos recém candidatos à profissão, com média de idade de 32 anos, acrescentando que, daqueles, dois mil oitocentos e seis chegaram pela opção 1 e, nessa condição, realizaram apenas a formação e exame sobre estatutos e ética, enquanto que, pela opção dois, que inclui os candidatos com experiência profissional reconhecida ou com estágio em contexto empresarial já após a conclusão do curso e um exame de quatro horas, foram duzentos e dezoito, sendo esta a opção com menor número de candidatos. Já a terceira opção foi a mais concorrida, com duas mil quatrocentas e sessenta

candidaturas, cujos candidatos frequentaram durante três a quatro meses um curso de formação e sujeitos a quatro exames, por módulos. A leitura destes números, disse a Sr.^a Bastonária, revelam que os jovens não se estão a afastar da profissão.-----
Prosseguindo, a Sr.^a Bastonária passou à apresentação das contas com a leitura dos itens mais relevantes fornecidos pelas demonstrações financeiras, das quais, e desde logo, destacou o ativo que cresceu, os fundos patrimoniais que se mantiveram muito idênticos ao período anterior e um passivo que aumentou ligeiramente, este influenciado pela conta de fornecedores em virtude do início de projetos informáticos perto do final do ano, com faturas no mês de Dezembro, respeitando um dos princípios e o compromisso que a direção tem, que é não aumentar o financiamento. A seguir, a Sr.^a Bastonária referiu que os rácios continuam a ser muito sólidos e positivos, quer de autonomia financeira, quer de solvabilidade e de liquidez geral, “*dignos de uma Ordem de Contabilistas Certificados*”, completou. Analisando um diapositivo que apresentava a evolução história dos financiamentos da OCC, reembrou o compromisso de não aumentar os financiamentos, salvo perante qualquer situação de catástrofe, considerando, no entanto que, os financiamentos da Ordem em 2018 fossem demasiado elevados tendo em conta todo o património imobiliário à data, o principal problema de então teria sido de tesouraria e de qualquer forma e, sublinhando esse posicionamento, a Sr.^a Bastonária reembrou que, o compromisso foi sempre de não recorrer a financiamento, diminuí-lo tanto quanto possível, e fazer os investimentos com capital próprio e, ainda, no âmbito da evolução dos financiamentos obtidos pela OCC, deu nota de que foi antecipado o pagamento do *leasing* referente ao imóvel da Gago Coutinho quando foi vendido o imóvel da 24 de Julho e, também, realizado o pagamento final do financiamento da sede na Avenida Barbosa du Bocage e o fim, já antes conseguido, das contas caucionadas. No final de 2024, as contas de financiamentos obtidos, disse a Sr.^a Bastonária, perfaziam três milhões trezentos e noventa e cinco euros, sendo a quantia de depósitos bancários disponíveis superior a esse valor. Ainda no âmbito dos investimentos e financiamento dos mesmos, comunicou que foi efetuada a permuta do espaço da futura representação de Viana do Castelo, por outro, recorrendo-se exclusivamente a capitais próprios. O diapositivo seguinte evidenciava a evolução da contratação pública tramitada pela OCC desde 2017, salientando a poupança acumulada de nove milhões novecentos e sessenta e dois euros. No entanto, a Sr.^a Bastonária lembrou que, nem sempre dessa poupança resultam os melhores serviços aos melhores preços. No que toca ao resultado líquido do exercício,

ponto seguinte da explanação da Sr.^a Bastonária, esta referiu algumas variações nas demonstrações de resultados na comparabilidade com o ano transato lembrando que, no ano de 2023, a venda da 24 de julho teve um impacto nas contas desse período que ascendeu a quase quatro milhões de euros e também que, os rendimentos e gastos da Ordem estão muito estáveis, reforçou. A Sr.^a Bastonária deteve-se a seguir nos trabalhos para a própria entidade, assunto que tem sido questionado bastantes vezes, e esclareceu que, citamos, “*têm a ver com as opções que temos feito de internalização de serviços, nomeadamente o TOConline e da informática geral da Ordem, que têm muitos desenvolvimentos e que está a ser feito tudo com recursos internos e daí os trabalhos para a própria entidade. Já no ano passado e este ano também e no ano de 2025 também vai acontecer o mesmo com estes grandes investimentos que vos estive a falar em termos informáticos, porque, efetivamente, agora a nossa política é fazer estes trabalhos internamente e fazer estes desenvolvimentos internamente, porque sentimos que as equipas estão muito mais identificadas com o propósito da Ordem, com os objetivos dos membros, com aquilo que são os desafios e as necessidades dos membros e, portanto, a nossa aposta agora é nesse sentido e daí o refletir-se aqui, obviamente, nos trabalhos para a própria entidade, que são no fundo os custos com o pessoal que vamos capitalizar.*”. Continuou salientando o aumento significativo dos gastos com pessoal e exemplificou referindo a equipa do TOConline que, atualmente, é constituída por trinta pessoas, cujo serviço, antes, era adquirido externamente. No entanto, o aumento das prestações de serviços relacionadas com o TOConline também tem tido um crescimento permanente, sinal de que aquele se vem ajustando às necessidades dos contabilistas certificados. Quanto a rendimentos, a Sr.^a Bastonária destacou os juros obtidos, informando que, aquele desempenho resultou de um período de, ainda, juros altos para remunerar os excedentes de tesouraria, aplicados em depósitos a prazo. Passando a sua análise para os itens de gastos e quanto aos fornecimentos e serviços externos, disse que estão muito influenciados por custos que, na prática e diretamente, estão relacionados com a formação, entre outros, como com advogados. Referiu-se a seguir à rubrica gastos com pessoal que aumentou 37,3%, cujo aumento, segundo a Sr.^a Bastonária, resulta essencialmente do alargamento de algumas equipas de colaboradores da OCC, sendo, no entanto, o alargamento da equipa do TOConline a mais impactante naquele crescimento. Prosseguindo a apresentação e leitura dos vários diapositivos a Sr.^a Bastonária alertou para um gráfico onde se evidenciava o efeito do aumento das quotas nos rendimentos,

considerando também a redução do rendimento resultante da isenção total de quotas atribuída a membros com idade superior a 80 anos e da isenção de 50% de pagamento de quotas para membros com idades compreendidas entre os 75 e os 80 anos e ainda para os inscritos no primeiro ano, sendo também importante comparar o aumento das quotas versus os gastos com a formação e os rendimentos que não se obtiveram através da formação, dada a sua gratuitidade. A Sr.^a Bastonária fez a seguir a leitura de outro diapositivo que mostrava a evolução do valor das quotas (rendimentos) entre 2022 e 2024, com um incremento de, aproximadamente, um milhão e setecentos mil euros, valores que, segundo a Sr.^a. Bastonária, estavam dentro do que era expetável, enquanto, na parte das formações à distância, demonstrava-se que a Ordem não cobrou, em formações dessa natureza, mais de cinco milhões de euros. Ainda acerca da formação à distância, a Sr.^a Bastonária deu nota que, a mais concorrida, é a *plug-in* que é aquela que tem o formador à frente e obriga a estar no ecrã as oito horas a acompanhar e acrescentou ainda que, em termos do custo da formação gratuita, esta atingiu um custo de novecentos e setenta e um mil euros. No entanto, o aumento das quotas, como se verificava, ainda é suficiente para cobrir aquele gasto. No quadro seguinte, a Sr.^a Bastonária chamou a atenção para os gastos dos órgãos sociais versus os gastos com os colaboradores, assegurando que sempre foi uma aposta do Conselho Diretivo aumentar as remunerações para criar equipas coesas que assumam os compromissos para atingir os resultados que se têm vindo a demonstrar. Em relação aos órgãos sociais, também há aí uma diferença em 2024, porque a Ordem passou a ter um conjunto de órgãos que até então não existia, nomeadamente, o Conselho de Supervisão que, naturalmente, é remunerado. Referiu-se a seguir à evolução do número de colaboradores da OCC por departamento, salientando o departamento TOConline, com trinta pessoas, e o departamento de consultoria, com uma variação de mais nove em relação a 2018, o que se traduzia, segundo a Sr.^a Bastonária, num impacto significativo nos recursos da Ordem. Em termos de investimentos, assunto do diapositivo que se seguiu, constatava-se uma variação pouco relevante. Ainda assim, a Sr.^a Bastonária salientou o investimento em equipamento informático pelo qual, por si, contribuiu para aqueles valores, deixando ainda nota sobre os investimentos em curso, os quais informou estarem relacionados com a parte informática e que, também, concorreram para a mensuração dos ativos intangíveis e, nestes, a rubrica trabalhos para a própria empresa. A Sr.^a Bastonária continuou a sua explanação mencionando que, o resultado líquido do período apresentava um valor positivo de quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e

um euros e, propôs, em primeiro lugar à AR que fosse aprovado, por unanimidade, o Relatório e Contas referente ao período de 2024 e, em segundo lugar, que ao resultado líquido do período, de € 44.851,28 (quarenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta e um euros e vinte e oito cêntimos), fosse efetuada a seguinte aplicação: a importância de € 44.851,28 (quarenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta e um euros e vinte e oito cêntimos), para a conta “Fundo de Solidariedade Social”, mais propondo a transferência de € 85.401,87 (oitenta e cinco mil quatrocentos e um euros e oitenta e sete cêntimos) da conta de “Fundos” também para a conta de “Fundo de Solidariedade Social”, porque, citamos, *“como sabem, nós temos sempre esta vertente de ter valores atribuídos a membros que estão em situação de muita fragilidade económica, mais do que fragilidade, em situação de carência total e, portanto, temos que manter sempre este fundo e são mais ou menos cerca de duzentos mil euros que gastamos por ano”*. -----

Terminou a sua intervenção expressando, em nome do Conselho Diretivo, o agradecimento e reconhecimento pelo trabalho de todos os colaboradores da OCC, internos e externos, que contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados, mostrando-se, desde logo, disponível para esclarecer qualquer questão. ---- De imediato, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal, para este se pronunciar sobre o documento em discussão. -----

O Sr. Presidente do Conselho Fiscal começou por saudar todos os presentes e, de seguida, agradeceu aos serviços da Ordem e ao Conselho Diretivo, pela permanente disponibilidade e colaboração nos esclarecimentos a todas as questões e na entrega tempestiva da documentação necessária, condição que muito contribui para o bom funcionamento do Conselho Fiscal. Agradeceu também aos colegas do órgão a que preside pelo trabalho realizado durante o ano. Prosseguiu, dizendo que, citamos, *“não vou estar a repetir tudo aquilo que nós temos no nosso relatório, mas compete ao Conselho Fiscal, e é isso que eu vou fazer, dar-vos uma palavra de conforto quanto às contas e, portanto, vou logo para a conclusão do nosso relatório para dizer que nós entendemos que o Relatório e Contas que está apresentado comporta todas as características qualitativas das demonstrações financeiras. Ele é fável, portanto, está certo, representa fidedignamente aquilo que se espera que represente, é relevante, todos os assuntos importantes estão aí, é compreensível, é comparável e, portanto, a nossa palavra quanto ao Relatório e Contas só podia ser positiva e o nosso parecer é positivo. Este entendimento não é só nosso. Conforme vocês sabem, a Ordem tem um modelo de*

fiscalização que normalmente se chama modelo de fiscalização reforçado. Tem dois órgãos de fiscalização, um Conselho Fiscal e um revisor oficial de contas. Tenho dito isto nas assembleias anteriores. O revisor oficial de contas também não tem qualquer questão quanto às contas. Vocês vêm isso na certificação. A certificação é não qualificada, significa que não tem reservas. Há um conceito importante, e que eu tenho falado dele com alguma frequência aqui nestas nossas assembleias, que é o chamado conceito de erro trivial ou claramente insignificante. Portanto, os revisores oficiais de contas, na certificação, quando colocam reservas, aquilo que eles estão a fazer é chamar a atenção de erros muito importantes, mas há erros mais pequeninos que os auditores chamam erros triviais ou claramente insignificantes e que os auditores devem comunicar aos Conselhos fiscais e o auditor da Ordem também não nos comunica nenhum erro trivial ou claramente insignificante. E, portanto, isto para dizer que, quer na nossa ótica, quer na ótica do auditor, as contas merecem todo o crédito. E, portanto, eu diria que este era o aspeto mais importante que eu tinha para vos transmitir.”. Continuando a sua intervenção salientou que, o relatório e contas em apreciação era composto por duzentas e quarenta e sete páginas o que, quando comparadas com algumas das sete maiores empresas do mundo com cotação bolsista, dando a título de exemplo, o relatório da Google que tem noventa e nove páginas, o da Tesla que tem cento e dezasseis páginas, o da Ryanair que tem duzentas e quarenta e quatro páginas e o do Sporting Clube de Portugal, que tem também cento e dezasseis páginas e, acrescentou, citamos, “não quero deixar aqui uma crítica, mas se calhar está aqui uma crítica implícita e é a única que eu tenho ao nosso Relatório e Contas. Se calhar temos de pensar em fazer menos”. De seguida realçou o trabalho da Dr.^a Cristina Silva e em particular as suas projeções constantes do orçamento para 2024, afirmando, citamos, “faz projeções fabulosas, porque se vocês olharem para o Relatório e Contas, a variação do rédito face ao Orçamento foi só de 0,4%”. Concluindo a sua explanação, disse, citamos, “o que é que nós entendemos? Nós, Conselho Fiscal, e eu estou a falar por mim e pelos colegas do Conselho Fiscal, o Relatório e Contas é claro, o Relatório e Contas está feito com fiabilidade, o Relatório e Contas, na parte orçamental, explica os principais desvios. O Relatório e Contas é longo? É. Se eu acho que podia ser mais pequeno? Acho. Mas isso não tira a qualidade que o documento tem. E, portanto, em síntese, aquilo que eu diria é que o Conselho Fiscal propõe à Assembleia de Representantes que o Relatório e Contas e a proposta de aplicação dos resultados seja aprovada.”. -----

De imediato, a Sr.^a Bastonária agradeceu ao Conselho Fiscal, destacando o competente apoio disponibilizado por este órgão, agradeceu também à Sr.^a diretora Cristina Pena Silva que acompanha a parte financeira da Ordem, a Ana Teresa Pina e ao André Martins, responsáveis pela contabilidade da Ordem, e à BDO, os auditores da instituição.-----

O Sr. Presidente da MAR após agradecer ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal e Sr.^a Bastonária e dando, de imediato, continuidade aos trabalhos questionou se algum dos Srs. Representantes pretendia usar da palavra. Inscreveram-se, para se pronunciarem, os Srs. Representantes Carlos Augusto Cordeiro Sousa, CC 90047, do círculo eleitoral de Setúbal; António Manuel dos Santos Nabo, CC 9593, do círculo eleitoral de Évora; António Jorge Gomes de Azevedo, CC 5130, do círculo eleitoral do Porto; Carlos Manuel Pera Nunes, CC 21009, do círculo eleitoral de Faro; António Cerejo Moreira Caseiro, CC 280, do círculo eleitoral de Leiria e Pedro Nuno Bastos Lima, CC 43050, do círculo eleitoral de Aveiro. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Carlos Sousa que, após cumprimentar o Senhor Presidente da MAR, a Sr.^a Bastonária, os restantes membros dos órgãos, os colegas representantes e os demais participantes, mencionou que quando aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para 2024, foi aprovado um plano de medidas, meios e recursos para levar a cabo a missão. Analisando o Relatório e Contas, os representantes de Setúbal consideraram que a gestão realizada cumpriu com o que foi previsto e aprovado, assinalou. Mais disse que, o documento apresentado relata exaustivamente a atividade desenvolvida durante o ano 2024 e as contas apresentadas demonstram a aposta na sustentabilidade e são resultado de uma gestão séria e transparente. “*O sentimento que temos quando olhamos para os resultados da atividade e para o resultado económico é de um dever cumprido e de orgulho neste documento*”, citamos. Assim sendo, concluiu afirmando que os representantes de Setúbal consideraram estarem reunidas todas as condições para votar favoravelmente aquele documento com a certeza do rigor e verdade dos dados e dos números apresentados. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Nabo, este expressou que o ano de 2024 foi um ano histórico, enfatizando a entrada de novos membros na profissão, o que considera motivo de orgulho e entusiasmo. Em seguida respondeu a uma “provocação” do Sr. Presidente do Conselho Fiscal sobre os relatórios e contas de algumas grandes empresas, clarificando que, facilmente, se comprehende o motivo pelo qual os relatórios como o da Google têm apenas cem páginas. Simplesmente “*porque eles não querem dizer tudo*”,

citamos. Defendeu que os relatórios devem ser sucintos, sim, mas também completos e transparentes, refletindo fielmente as atividades realizadas. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Jorge Azevedo, este começou por cumprimentar o Senhor Presidente da MAR, a Sr.^a Bastonária e os restantes colegas e afirmou que o Sr. Representante anterior tinha feito referência a muito do que tinha planeado aludir. Assim, declarou que o Relatório e Contas estava muito bem elaborado, era extenso, mas não sendo a Ordem uma empresa, mas sim uma instituição de utilidade pública, era natural que aquele fosse esmiuçado e longo. Os números espelhados no documento são simpáticos e o parecer do Conselho Fiscal transmite segurança, pelo que, não vislumbrava qualquer impedimento que obstasse à sua aprovação. Ainda assim, salientou que, na sua perspetiva e discordando do Presidente do Conselho Fiscal, citamos, *“as peças financeiras são importantes, obviamente que são, (...) mas o relato não financeiro acaba por ser tão ou mais importante, principalmente numa instituição como esta e está um relato bem feito”*.-----

Dada a palavra ao Sr. Representante Carlos Nunes, este saudou a MAR, na pessoa do Sr. Presidente, o Conselho Diretivo, a Sr.^a Bastonária, todos os órgãos e colegas presentes. De seguida, expressou sincero agradecimento à Sr.^a Bastonária, assim como a todo o Conselho Diretivo, pelo excelente Relatório e Contas de 2024, pois a clareza e a precisão desse documento eram notáveis, refletindo o compromisso da Ordem, na exatidão e na transparência das contas. O relatório vai muito para além dos números e as informações nele constantes eram pertinentes, tanto para os representantes, como para os restantes colegas que o leem. É natural que se gostasse de ver outros indicadores com crescimento, no entanto, para existirem respostas prontas há que ter gastos, nomeadamente, com o pessoal e se havia indicadores que tiveram uma redução, tal não é significativo, acrescentou o Sr. Representante. Mais, disse que o Relatório e Contas não se limita a relatar números, deve fornecer uma visão muito mais abrangente e detalhada, com imagens e quadros esclarecedores, pois torna-se mais fácil de ler, tal como sucedeu com o que foi apresentado pela Sr.^a Bastonária, frisou, demonstrando além do mais um trabalho meticoloso, delicado, mas dedicado. Terminou a sua intervenção, demonstrando confiança e parabenizando a Sr.^a Bastonária pelo excelente trabalho. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Caseiro que, depois de saudar o Sr. Presidente da MAR e restantes membros, a Sr.^a Bastonária e o Conselho Diretivo, os Srs. Presidente do Conselho Fiscal, do Conselho Jurisdicional e do Conselho de Supervisão e

os restantes colegas, solicitou a apresentação de uns diapositivos atendendo à importância do balanço e da demonstração de resultados em apreço, o que lhe foi permitido pelo Sr. Presidente da MAR, desde que não excedesse o tempo de dez minutos estabelecido no Regimento. O Sr. Representante apresentou uma análise detalhada da evolução financeira da OCC ao longo dos últimos 7 anos, com base no balanço e demonstração de resultados, deixando de lado os fluxos de caixa por considerar os primeiros mais relevantes. Analisou rúbrica a rúbrica, utilizando gráficos e destacou a gestão rigorosa e transparente da Ordem, com bons resultados financeiros e uma liderança eficaz. Entretanto o Sr. Presidente da MAR interrompeu a intervenção do Sr. Representante para o alertar sobre o número elevado de slides (50) e reembrou os limites de tempo, ao que o Sr. Representante prometeu focar-se apenas nos principais pontos e, nessa condição, foi sucinto na avaliação às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, como ativos, passivos, resultados, receitas, gastos, fundos patrimoniais, entre outros, destacando, com ênfase, a evolução positiva da instituição. No final, o Sr. Presidente da MAR elogiou o trabalho do Sr. Representante e sugeriu a partilha do mesmo por e-mail com todos os colegas, reconhecendo a sua qualidade, apesar de considerar que o momento e local talvez não fosse o mais apropriado para a apresentar e analisar em detalhe.-----
Dada a palavra ao Sr. Representante Pedro Lima, este começou por saudar o Sr. Presidente da MAR e restantes membros, o Conselho Diretivo e demais membros, a Sr.^a Provedora dos Destinatários dos Serviços, a Sr.^a Presidente do Conselho de Supervisão e respetivos membros, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e restantes membros e também o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e respetivos membros. Seguidamente o Sr. Representante afirmou que leu o relatório e contas e que este reflete uma Ordem forte, moderna, preparada para os desafios do futuro, demonstrando um compromisso inequívoco com a transparência, a sustentabilidade financeira e a valorização dos seus membros. A par disso, e referindo-se aos mais 5 mil candidatos e 2.287 inscrições de novos membros que o Relatório e Contas refere, questionou se se iria manter a não cobrança das taxas de inscrição e de formações, pois, considera que tal deveria ser onerado, nem que fosse com um valor simbólico e sugeriu, por exemplo, a quantia de dez euros. Outro indicador preocupante, segundo o Sr. Representante, é o número de questões colocados pelos membros à Ordem, sublinhando que desde 2020 até 2024, esse número aumentou 216%. Interrogou-se o Sr. Representante se tal se deveu à formação através do CCclix, se está relacionada com a rapidez das respostas ou se é pela proximidade da Ordem. Porém

congratulou-se com o facto de a Ordem já estar a preparar uma ferramenta eletrónica de ajuda aos membros. Outra preocupação deixada foram as desistências das formações gratuitas, considerando que se devia ponderar em criar também uma propina, esta pela não participação porque se verifica uma elevada percentagem de inscrições que acabam por não participar. Em jeito de conclusão, e na senda do desafio lançado aos distritos pelo Sr. Presidente da MAR, disse que pretendia partilhar com os Srs. Representantes os resultados de três questões de um trabalho académico que anda a realizar, para as quais recebeu centenas de respostas, sendo que a primeira questão foi, citamos, “*quais as principais dificuldades e problemas que sentem no dia a dia*” e as respostas foram, por esta ordem, a dificuldade na contratação e retenção de talento, a evolução tecnológica, o acesso aos portais, a carga de trabalho, o excesso de formulários e a responsabilidade crescente. A segunda questão trazida daquele trabalho, foi, citamos, “*o que gostariam que a OCC fizesse no sentido de os corrigir*” para a qual as respostas foram, melhorias nos portais e sistemas, aperfeiçoamento do TOConline, referindo quanto a este, maior eficiência especialmente em dias de fim de prazos, formações diversificadas e educação e relações interpessoais, respetivamente. Por último, e em relação à terceira questão, citamos, “*como veem o CC no futuro*”, e das respostas que recebeu concluiu que, citamos, “*veem com muita confiança, veem o impacto da IA e com uma responsabilidade coletiva e que temos uma grande união.*”. -----

O Sr. Presidente da MAR, após agradecer aos Srs. Representantes, deu, de imediato, a palavra à Sr.^a Bastonária para prestar os esclarecimentos que pretendesse sobre as intervenções que lhe tinham sido dirigidas. -----

No uso da palavra, a Sr.^a Bastonária, começou por agradecer por todas as palavras simpáticas proferidas sobre o teor do relatório, tendo, desde logo, destacado a paridade entre o relatório real e o orçamentado. Quanto aos novos membros, qualificou tal número de impactante, como frisou o Sr. Representante António Nabo, todavia e apreciando a intervenção do Sr. Representante Pedro Lima, referiu-se os 2.287 novos inscritos mas, em tom de balanço, acrescentou que, no mesmo período saíram 1.654 e que, quanto à não cobrança das taxas está previsto terminar em julho. Porém, em conjunto com o Conselho de Supervisão, a Ordem irá procurar uma solução, designadamente, para quem apresenta carência económica, apontando, todavia, a probabilidade de que tudo se mantenha até final do ano. A par disso e ainda sobre o mesmo assunto, acrescentou, citamos, “*e depois analisar, porque uma das coisas também que se calhar teremos que trazer aqui à*

Assembleia de Representantes é uma alteração às taxas e emolumentos, para que os valores não sejam tão elevados, porque já percebemos que pode ser no entrave. ”. Quanto ao aumento das questões colocadas à Ordem, afirmou que tal facto está intimamente relacionado com a proximidade dos membros à instituição, uma vez que eles descobriram a Ordem e, nesse sentido, recorrem mais aos seus serviços e ao apoio por esta prestado, acrescentando que a fiscalidade continua complexa, existem sempre muitas questões que carecem de esclarecimentos por alguém que o faça com consistência, certeza e confiança, e é isso que, atualmente, os membros sentem em relação à Ordem, considerando ainda que dois fatores são fundamentais: a proximidade à Ordem e a diminuição do tempo de resposta. Mais, disse que, quanto às formações em que os contabilistas se inscrevem e depois não as frequentam, não é desejável que assim seja, pelo que, está a ser criado um alerta a vermelho, na Pasta CC, na área das inscrições, assinalando as formações a que os membros não compareceram e informando para as consequências destas ausências, com vista a que os membros evitem este comportamento. Relativamente ao acesso aos portais, concordou que, nem sempre é fácil de resolver. Já quanto à rapidez do TOConline, a Sr.^a Bastonária afirmou que, no seu entender, aquela ferramenta é célere, mas quem utiliza um sistema de nuvem estará sempre sujeito a uma menor velocidade do que quem utiliza os próprios computadores, sendo certo que a Ordem tem procurado melhorar. Referiu-se ainda às formações e seus possíveis níveis, básico, intermédio e avançado, esclarecendo que já por diversas vezes foi aventada a ideia, mas nunca chegou a concretizar-se, por não se conseguir determinar se esta separação traria grandes frutos. No que toca ao CCclix e à sua melhoria, disse que criar favoritos poderá ser relevante para uma melhor organização do mesmo e que o CCclix está já num período de maturidade para ser possível introduzir-lhe novas ferramentas que possam ser úteis. Concluiu a sua intervenção agradecendo, novamente, os comentários e a presença de todos.-----

Posto isto, e tendo em consideração que ninguém manifestou a sua intenção de mais intervir, o Sr. Presidente da MAR colocou à votação o **ponto 4 (quatro)** da **ordem do dia, discussão e votação do relatório e contas do exercício de 2024**.-----

Realizada a votação, o Sr. Presidente da MAR comunicou à Assembleia que, participaram na votação, presentes e representados, 84 Srs. Representantes, tendo o *Relatório e Contas do exercício de 2024*, sido aprovado, por maioria, com a seguinte votação: -----

- **Votos contra: 0 (zero);** -----

- **Abstenções: 1 (um);** -----

- *Votos a favor: 83 (oitenta e três).* -----

Passando de imediato ao **ponto 5** (cinco) da **ordem do dia, leitura e votação da minuta da ata**, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.^a Secretária da MAR, Isabel Alves, que procedeu à leitura da minuta da ata, a qual, após ocorrer a respetiva votação, foi aprovada por unanimidade, com *oitenta e quatro (84) votos a favor*, sem votos contra e sem abstenções. -----

O Sr. Presidente da MAR, dando por terminada a Ordem de Trabalhos, agradeceu a todos os presentes e deu por encerrada a sessão, eram dezassete horas e trinta minutos. -----